

Homogeneidade do ensino nas escolas italianas do Rio Grande do Sul

Resumo

Centrado na primeira década de século XX tendo por base empírica textos do jornal Stella d'Italia e o referencial da História Cultural, o artigo expõe a proposta do editor desse periódico, Adelchi Colnaghi, de estabelecer uma homogeneidade do ensino nas escolas italianas do Rio Grande do Sul bem como a necessidade, identificada por ele, de realizar um congresso dos professores das escolas italianas do Estado. Colnaghi parte da constatação da diversidade dos programas de ensino das escolas da capital e das deficiências na organização das escolas étnicas italianas em geral o que, na sua visão, não colaborava para o êxito das mesmas. O editor propõe que professores das escolas italianas do Estado enviem sugestões com vistas a sanar essas dificuldades e homogeneizar o ensino. A proposta de Colnaghi não se efetivou e o questionamento suscitado revelou a fragilidade da organização das escolas étnicas italianas no período.

Palavras-chave: Adelchi Colnaghi; homogeneidade do ensino; escolas italianas.

Gelson Leonardo Rech

Universidade de Caxias do Sul
glrech@ucs.br

Introdução

A investigação apresenta resultados parciais de um projeto de pesquisa em andamento sobre as escolas étnicas italianas da capital do Estado do Rio Grande do Sul. Nossa investigação se situa dentro do referencial da História Cultural e visa evidenciar a proposta de homogeneização do ensino das escolas italianas e a proposta de realização de um congresso das escolas italianas. Tais propostas foram de iniciativa do editor do *Jornal Stella d'Italia*¹, senhor Adelchi Colnaghi, e veiculadas no mesmo periódico no início do século XX.

Na capital do Estado na primeira década de 1900, funcionavam quatro escolas mantidas pelas sociedades italianas, a saber, a *Scuola Principessa Elena di Montenegro* (a experiência mais duradoura da capital), criada em 1899 e mantida pela *Società Italiana di Beneficenza e Istruzione Principessa Elena di Montenegro*; a *Scuola Umberto I*, criada em 1900 e mantida pela *Società di Beneficenza ed Istruzione Umberto I*; a *Scuola Vitório Emanuel III*, criada pela *Società Unione Meridionale* em 1904 e fechada em 1908; e a *Scuola Giovanni Emanuel*, criada pela *Società Giovanni Emanuel* em 1904. Estas eram escolas elementares que acolhiam crianças de 6 a 12 anos e se propunham seguir um “programa governamental” (STELLA, 15/06/1902, p. 3), como afirmado em inúmeros anúncios no jornal *Stella*.

Não obstante as escolas referidas informarem que seguiam programas governamentais, o editor do *Stella* identificou diferenças entre as escolas com relação a seus programas e métodos e propôs o que ele chamou de “homogeneidade do ensino” além de propor a realização de um congresso de professores das escolas do Estado para “sanar esta lacuna”. Bem afirmou Colnaghi e repetiu o professor Ancarini que “Criadas as escolas é necessário fazer os alunos![...]. [o que exige] portanto, que os programas das nossas escolas equiparem-se a fim de que as matérias de certa turma sejam identificadas em qualquer uma das outras, assim formando um todo homogêneo e disciplinado”. (STELLA, 24/07/1904, p. 1, tradução nossa).

¹ Doravante simplesmente “*Stella*”

No artigo *Il giornalismo coloniale* após a enumeração de vários jornais italianos e da exaltação de vários jornalistas o texto evidencia o *Stella* e elogia seu editor-fundador, especialmente pelo apoio às escolas italianas o qual foi “[...] um incansável sustentáculo de nossas instituições coloniais, especialmente das escolas, e porta voz confiável de 22 associações italianas do Estado, que delegaram a ele sua representação no Congresso dos Italianos do Exterior, realizado em Roma em 1911”. (CINQUANTENARIO, 1925, p. 446-447, tradução nossa).

As matérias do jornal ou artigos relativos à educação e às escolas italianas, especialmente as de Porto Alegre, ocupam, normalmente, a página inicial e sempre em destaque. Colnaghi era inspetor permanente das escolas mantidas pelas sociedades italianas e professor de aulas particulares de contabilidade, de língua italiana e de língua francesa em sua casa ou à domicílio. Seus textos revelam uma linguagem culta, uma fineza argumentativa, uma postura decidida, uma crítica severa e mordaz no que se refere à educação. Colnaghi ficaria conhecido pela sua irreverência e independência. Faleceu em Milão, sua terra natal, em 1917. O *Jornal Città di Caxias* (28/05/1917, p. 2) assim se expressou quando de seu falecimento: “Adelchi Colnaghi deixa atrás de si a senda luminosa de sua obra fecunda de bem. Ele desaparece mas seu nome – mais do que o mármore – permanecerá imperecível nas páginas da história colonial”. Seu apoio às escolas se refletia no espaço que dava a elas em seu jornal: publicava informações a respeito do horário das aulas, período de férias, dados sobre os eventos de inauguração, informações sobre início do ano letivo e exames finais, cartas de professores de escolas das colônias italianas, anúncios de aniversário das escolas, descrição de solenidades, anúncio de festas com vistas a arrecadar fundos, propaganda de livros, oferta de aulas particulares, correspondências de outras escolas, cartas de agentes consulares sobre a educação, divulgação de escolas religiosas italianas, eventos culturais relacionados às escolas, homenagens a professores e notícias de escolas do interior do Estado, entre outras. O jornal circulou durante 23 anos, um caso ímpar na imprensa de língua italiana no Rio Grande do Sul, constituindo-se uma rica fonte para investigação.

Como afirma Nóvoa (2002, p. 131), a imprensa é provavelmente, o local que permite um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que se manifestam

o conjunto de problemas dessa área: “São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico, sociológico da educação e da pedagogia”.

A necessidade de organização das escolas italianas

No processo de escolarização entre imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul podemos referir diversas iniciativas: *escolas étnico-comunitárias rurais* “pequenas e paupérrimas mantidas pelos colonos um pouco mais instruídos” (PESCIOLINI, 1914, p. 283) nas quais os alunos aprendiam a ler, a escrever e a fazer contas (KREUTZ; LUCHESE, 2010) e, além disso, aprendiam um pouco de história e geografia da Itália (PESCIOLINI, 1914), sendo este o programa frequentemente desenvolvido por essas escolas e geralmente freqüentadas por 2 ou 3 anos, constituindo-se em aulas elementares. Beverini, cônsul no Rio Grande do Sul de 1908 a 1917 assim se refere em relatório: “Tive oportunidade de visitar muitas destas escolinhas e senti-me satisfeito com seus resultados; notava-se o zelo do mestre que se sentia lisonjeado por ter sido escolhido para tal encargo e notei grande frequência por parte dos alunos, já que os colonos fundaram a escola e possuíam justo amor próprio de conservá-la”. (BEVERINI, 1913, p. 1060 e 1061). As escolas que funcionavam na zona urbana, em geral, foram resultado do empreendimento das Sociedades de Mútuo Socorro. Essas sociedades surgiram com o objetivo do socorro mútuo e, em sua maioria, agregaram as funções de instrução, divertimento e recreação de seus sócios. Na organização da instrução os dados apontam para associações que mantinham escolas, outras que tinham bibliotecas em suas sedes e aquelas que ofereciam apenas cursos de língua italiana. Num total de 71 associações italianas no Rio Grande do Sul (SILVA JUNIOR, 2004) destacamos que a mais antiga sociedade italiana do Estado remonta a 1871, na cidade de Bagé denominada *Società Italiana di Soccorso Mutuo e Beneficenza* (CENTENÁRIO, 1975); já na capital gaúcha, a mais antiga foi a *Società Vittorio Emanuele II* fundada em 1877. Muitas das iniciativas escolares das associações recebiam apoio do governo italiano como livros, materiais didáticos e

mesmo ajuda financeira. Essas se caracterizavam como escolas italianas no exterior segundo o que define Patrizia Salvetti:

As escolas italianas no exterior se dividiam em escolas públicas e escolas privadas subsidiadas pelo governo italiano: as primeiras, menos numerosas, situadas no Levante e na bacia mediterrânea, eram inteiramente financiadas pelo governo italiano; as segundas eram escolas privadas laicas ou confessionais, nascidas em associações italianas no exterior, e recebiam um subsídio do governo italiano desde que se adequassem aos programas e aos métodos didáticos da escola italiana, com um controle da parte dos cônsules e um controle regular por meio de inspeções ministeriais. (SALVETTI, 2009, p. 536, tradução nossa)

Como se vê, as escolas subsidiadas deveriam cumprir o programa governamental, configurando certa homogeneidade no ensino. O Ministério das Relações Exteriores informava, em 1908, um total de 81 escolas subsidiadas e de 3.249 alunos no Rio Grande do Sul (MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI, 1908). Pode-se, também, referir as iniciativas das congregações religiosas, normalmente instaladas nos centros urbanos e com programas de ensino mais complexos as quais “eram melhores e merecem o nome de escolas” (PESCIOLINI, 1914, p. 283).

Em 09/10/1902 Colnaghi publicou uma carta do professor Francesco Luigi Zuliani, de Encantado - o qual posteriormente seria professor da *Scuola Umberto I* e secretário do consulado - na qual o mesmo registrava a necessidade de uma organização das escolas italianas. Eis um pequeno trecho:

[...] A ignorância das crianças na Colônia, deve-se um pouco a culpa dos pais que as deixam crescer descuidando-se bastante, mas, mais que tudo, pela impossibilidade de pagar, a falta de escolas e a quase absoluta ausência de bons professores os quais deveriam ser, senão experientes na pedagogia, ao menos de conduta exemplar. Nota-se - como dito no princípio - que os colonos perderam a confiança de certos professorzinhos que a dúzias “chovem”, não se sabem da onde, por sua absoluta incompetência e pela sua sede insaciável de cachaça (sic). Em alguns lugares, estes professores foram bruscamente demitidos porque davam triste exemplo às crianças a eles confiadas para o cuidado intelectual. De tal forma que, às vezes, um professor verdadeiramente honesto sofre as danosas consequências dos lamentáveis mestres. **Uma organização de nossas escolas é absolutamente necessária** e, de fato, uma depuração rigorosa do corpo de mestres das Colônias. (09/10/1902, p. 2, tradução e grifos nossos).

Zuliani salienta que o estágio atual da educação entre os italianos se deve especialmente, pela falta de mestres idôneos e registra a necessidade de organização das escolas. O acento de sua análise recai sobre o perfil dos professores. Colnaghi em artigo posterior corrobora e amplia o rol das dificuldades relativas à educação entre os italianos e atribui à atuação dos governantes, diga-se, os representantes régios, o lamentável estado. Ele sintetiza algumas dificuldades: poucos alunos, pouco apoio do governo italiano, mestres com formação deficiente, falta de material didático e falta de inspetores escolares idôneos e capazes. Salienta que os governantes ignoram que

Nas Colônias faltam inspetores escolares idôneos e capazes; ignoram que os nossos raros professores abandonados exclusivamente a si próprios, não podem conseguir mais que medíocres resultados... [os professores] estão privados de direção, enganados pelas mudanças contínuas nos textos, obstaculizados pela natureza mesma de seus alunos os quais, ao contato com os brasileiros, aprendem tudo, menos o italiano. (STELLA, 08/01/1903, p. 1, tradução nossa).

Salvetti (2009) informa que o governo italiano dava grande importância à qualidade dos professores das escolas italianas no exterior, além de empenho e profissionalismo, exigia-se dotes morais irrepreensíveis. Salvetti salienta que em uma circular do subsecretário das Relações Exteriores, Sr. Damiani, datada de 25 de janeiro de 1890, estava escrito, entre outras coisas que “Nas escolas no exterior não basta que o professor seja competente na ação de ensinar e pleno de saber, mas é preciso que, na sua vida pública e privada, dê exemplo de imitável moralidade, de decoro, de discrição e de tolerância”. (SALVETTI, 2009, p. 537 e 538). Como se vê, comparando os textos, há uma distância entre o desejável e o real.

Colnaghi era crítico das escolas que apoiava em Porto Alegre e como inspetor das escolas da capital buscava participar dos exames semestrais das escolas da capital. Aliás, os exames semestrais eram anunciados no *Stella* e se constituíam em momentos de pompa e reforço dos ideais da coletividade italiana e reforço de sua identidade e enaltecimento das modestas iniciativas escolares. Muitos desses momentos eram assistidos pelo representante régio. Na edição de 08/11/1903 Colnaghi escreveu suas impressões dos exames de final de ano da Escola Umberto I (com 80 alunos examinados)

e Princesa Elena di Montenegro (com 81 alunos examinados) realizados na primeira semana de novembro de 1903 os quais havia assistido. Percebeu e relatou que as escolas possuíam “sistemas e programas diferentes de ensino” não obstante o “excelente trabalho desenvolvido pelos seus insignes professores”. Vejamos:

[...] Se do êxito em separado de algumas destas escolas ficamos satisfeitos, no conjunto não ficamos. **Os métodos de ensino nestas duas aulas divergem entre elas de modo extraordinário. Quem presenciou aos exames da primeira escola e depois da segunda, terá notado uma diferença tal que deixa perplexo até o menos esclarecido. Duas escolas italianas educadas com sistemas bastante diferenciados, não podem dar senão resultados pouco ou nada satisfatórios.** Seria como se tivéssemos dois regimentos de um mesmo exército sobrepostos a disciplinas deveras diferentes. Colocados esses dois corpos em contato entre eles, o que resultaria? [...]. **Constatamos, porém, o fato de que entre as duas aulas não existe nenhuma harmonia disciplinar e isto, a nosso ver, forma um anarquismo.** De quem é a culpa? Por certo não das duas nobres Associações que com sacrifícios verdadeiramente heróicos têm aberto aqueles dois lampejos do pensamento italiano; não por certo dos docentes os quais são mal pagos, sofredores que lutam, lutam com todo o fervor para corresponder aos desejos dos pais, às imposições dos conselhos diretivos, às exigências mesmas de seu coração. O governo pátrio é responsável *in primis*, portanto quem o representa. O nosso governo com magnânimo pensamento envia gratuitamente o material escolar, mas isso tem o erro de mudar os textos em cada expedição; este erro deriva da sua própria ignorância. Eles ignoram o fato de que aqui no exterior, neste canto do Brasil, o desenvolvimento do progresso é lento e que, por isso, devido ao ambiente, não se pode caminhar de *pari passo* com a pátria mãe. Lá, existem escolas e o ambiente mesmo de amadurecido saber, o que torna velho um texto depois de seis meses de sua publicação [...]. O problema é grave, mas a solução deve ser buscada sem demora, pois como assim se caminha hoje, se vai de mal a pior. (STELLA, 08/11/1903, p. 2, tradução e grifos nossos)

Quanto aos programas de ensino e métodos utilizados nas escolas de Porto Alegre ainda não há ainda um estudo detalhado e comparativo. Em fase ainda inicial de investigações pode-se, afirmar que nessa época (primeira década de 1900) por serem escolas elementares, os conteúdos e currículos eram voltados ao aprendizado da leitura, da escrita, de cálculo e noções de geografia e história, como referiu Pesciolini (1914) e Kreutz e Luchese (2010). Acrescente-se que com relação aos textos didáticos dessa década, Giron (1994) afirma que eram “longos e tediosos” além de “inadequados à

realidade brasileira”. Kreutz (*apud* LUCHESE, 2010, p. 4) salienta que “o currículo, além de atender às exigências nacionais, era complementado com aspectos da cultura do respectivo grupo étnico, ficando o mais próximo possível ao currículo praticado no país de origem”. Alie-se a tudo isso a t e mpera pessoal de cada professor, que em u ltima an a lise definia o como e o que se estudava com os meios que dispunha considerando, por exemplo, que os livros eram caros (KREUTZ;LUCHESE, 2010).

Considerando a cria c o na d e cada de 1900, em Porto Alegre, de quatro escolas Colnaghi julgava que o problema das escolas italianas em Porto Alegre do ponto de vista da sua quantidade estava resolvido por ora, pois “As quatro turmas mistas elementares suprem na verdade as nossas primeiras necessidades; mais de duzentas crian c as de ambos os sexos podem anualmente receberem os seu primeiro alimento espiritual e, ao nosso ver, basta por ora. Aumentar o n u mero equivaleria minar a exist e ncia de todas as demais turmas” (STELLA, 24/07/1904, p.1, tradu c o nossa), mas a quantidade n a o resolvia o problema da qualidade e da unidade de conte u do ao que completava que “[...] **do ponto de vista da qualidade e da unidade de conte u do ainda deve-se avan c ar.** (STELLA, 24/07/1904, p.1 tradu c o e grifos nossos).

Propondo solu c oes

A partir da edi c o de 24/07/1904 o Stella publica uma s e rie de artigos nos quais refor c a a necessidade de “uniformizar os programas de ensino” das escolas italianas no Rio Grande do Sul. Seu olhar local avança para as demais escolas do Estado. Colnaghi convoca os leitores a opinarem sobre isso e a enviarem propostas e sugest o es de como deveriam ser as aulas das escolas italianas, n a o estabelecendo diferen c as entre as escolas rurais, urbanas, mantidas por associa c oes ou religiosas. O artigo de 24/07/1904, com o t i tulo “A homogeneidade no ensino” faz um diagn o stico e sugere medidas:

[...] Estamos, por e m, bem longe de ter resolvido o problema da instru c o; do ponto de vista da quantidade j a o finalizamos, sob o aspecto moral pouco ou nada fizemos, e **com o sistema em vigor muito menos o teremos resolvido no futuro.** A prop o sito, citamos o axioma de

Azeglio: feita a Itália, é necessário fazer os italianos. Adaptando-o ao nosso caso nós dizemos: criadas as escolas é necessário fazer os alunos! **E estes últimos nós os faremos com bons programas e com os melhores professores;** com isto não queremos diminuir o mérito daqueles que atualmente se devotam a nobre tarefa, pelo contrário, queremos antes de tudo acreditar que eles, animados por um generoso sentimento de devoção à profissão abraçada, saberão exercitá-la com profundo conhecimento de causa. Porém, por mais que eles sejam hábeis, **a falta de um programa uniforme os colocará em pouco tempo em penosas condições diante dos pais e da colônia.** O sucesso de uma escola pode turbar o funcionamento regular de outra e vice-versa. São fatos constatados e que ocorrem constantemente. Diversos pais julgando tardio ou precoce o avanço escolar dos filhos ou a habilidade dos professores, tiram seus filhos de uma escola para serem avaliados por outra a qual julgam melhor. **Mas como os métodos de ensino não são homogêneos, ocorre, frequentemente, que com o novo professor ao invés de ganhos, perde-se aquele pouco que até então se sabia.** Assim nesta alternância o aluno perde, aborrecem-se os pais, e o pobre professor muitas vezes é julgado como inapto e pior que o outro. **Estes deploráveis casos não ocorreriam onde os professores usassem um sistema didático comum e se informassem a partir de um programa escolar uniforme.** Ignoramos se o governo pátrio ou a Dante Alighieri tivessem já pensado de estudar a conveniência desta adoção. O que é certo, porém, para progredir, para solidificar-se, para produzir efeitos benéficos, **as nossas escolas precisam obedecer a um programa idêntico e os nossos professores devem perseguir um objetivo comum. [...] É, portanto, de sumo interesse que os programas das nossas escolas equiparem-se a fim de que as matérias de certa turma sejam identificadas em qualquer uma das outras, assim formando um todo homogêneo e disciplinado.** (STELLA, 24/07/1904, p. 1, tradução e grifos nossos).

Colnaghi retoma que está satisfeito com o fato de haver em Porto Alegre 4 escolas em funcionamento mas reforça que estas e as outras escolas italianas necessitam ter “bons programas” e “melhores professores”. O representante régio em Porto Alegre Enrico Ciapelli em seu relatório de 1901, publicado em 1903, revelava que no Rio Grande do Sul “[...] a instrução é escassa e descuidada. Existem, é verdade, muitas escolas, mas todas em condições didáticas e financeiras pouco satisfatórias.” (CIAPELLI, 1903, p 58).

Colnaghi sugere que o representante régio atual (1904), o advogado Salemi-Paci que assumiu o consulado em Porto Alegre no interregno da saída de Enrico Ciapelli e a vinda de Francesco De Velutiis, considere suas “despretenciosas considerações” e, no período de férias, convoque um congresso na capital com os professores do interior para a elaboração de um programa comum.

[...] submetemos ao exame inteligente de nosso digno representante estas despreziosas considerações. O advogado Salemi-Pace, na falta de outro, poderá nas próximas férias chamar para um congresso junto de si não somente os professores desta capital, mas os professores de Bento Gonçalves, de Caxias e de outros lugares, onde fosse necessário, **para elaborar um programa comum a todas as escolas italianas que funcionam no Estado.** A partir do momento que os textos forem iguais, não nos parecerá inconveniente que também os métodos de ensino sejam equiparados. (STELLA, 24/07/1904, p. 1, tradução e grifos nossos).

Na edição de 04/08/1904 com o texto intitulado “O congresso dos professores: por um programa comum” Colnaghi retoma sua proposta de um congresso de professores sinalizando que a prática da reunião de professores para pensarem a educação é comum na Europa, na Itália e na América e sempre resulta numa nova idéia que beneficia a educação. Salienta que mesmo na Europa onde os programas “não emanam da mente de professores individualmente, mas sim, do Ministério da Instrução Pública”, também lá se fazem necessários os congressos e é por isto que “é muito razoável que ocorra aqui, onde a falta de um diretório central e os métodos de ensino apresentam uma variedade de íris, e nem obedecem algum critério unitário” (STELLA, 04/08/1904, p. 2, tradução nossa). No mesmo texto reconhece que nas escolas italianas a educação é “deixada a professores mais dispostos do que aptos”, e que conhecem a didática tanto quanto ele, jornalista, conhece a fotometria, ironiza. Finaliza o artigo convocando os professores a enviarem suas propostas de ensino e sugestões para um programa comum.

O congresso dos professores poderia fazer pensar os meios para prevenir tal deficiência didática de muitos, **fornecendo ao menos um programa ou coisa que o valha, sobre a base a qual se poderá compreender e desempenhar com mais acerto a sua delicada missão.** Entre os muitos temas de importância capital, este que acabamos de acenar nos parece merecer a primeira solução. Em uma escola italiana, aconteceu certa vez de ouvir de um pobre e desgraçado menino, que o istmo de Suez divide as duas Américas, e o professor, orgulhoso da resposta, afirmava que a geografia era seu forte...[...] Isto para dar uma pálida idéia, um exemplo daquilo que eram nossas escolas a poucos anos atrás. E quem pode nos assegurar que ainda não sejam assim? **Reunindo-se em um Congresso - para a dignidade e o decoro dos professores – estas anomalias poderão ser, em boa parte, suprimidas ou remediadas;** ademais, os livros e materiais escolares poderiam ser limitados apenas àquelas pessoas que dão prova de suficiente idoneidade. Atualmente não faltam bons elementos: professores e professoras de reconhecida competência, conquistados pela prática e pelo estudo na docência

exercida por muitos anos. A estes últimos nos voltamos confiantes, por isso queremos levar a sério a nobre e útil iniciativa. [...] **convidamos, portanto, os docentes das escolas particulares, todos os leitores em geral, se quiserem manifestar a sua opinião a respeito, enviando livremente seus escritos.** Nós os publicaremos tal como a nós chegar, qualquer que seja sua opinião que o mesmo contenha, unicamente felizes de ajudá-los eficientemente em uma campanha preparatória, a qual mesmo que destinada a morrer in germe, terá ao menos servido para propagar um pouco de luz no nosso ambiente (STELLA, 04/08/1904 p. 2, tradução e grifos nossos).

A proposta de Colnaghi de uma “campanha preparatória” recebe atenção de um professor de Caxias do Sul, Umberto Ancarini, que envia sua proposta, conforme solicitado. O professor Umberto Ancarini residiu em Caxias do Sul e Santa Maria exercendo o cargo de agente consular em Caxias do Sul. Foi transferido para Santa Maria e lá exerceu o cargo de vice-cônsul perfazendo 12 anos de atividades no Brasil. Em Caxias do Sul foi professor da Escola *Principe di Napoli*, mantida pela sociedade homônima. A proposta de Ancarini foi publicada em 11/08/1904, sob o título “*Para a homogeneidade do ensino nas escolas italianas*”. Eis alguns trechos:

Cumpramos uma obra sábia e louvável qualquer um que se interessa pelo desenvolvimento futuro das nossas escolas ressurgidas por obra das Sociedades Italianas, que com tanta abnegação, constância e patriotismo, gerenciaram as nobres instituições. As essas beneméritas Sociedades, pode-se dirigir-se o dito: “Quem ama a pátria, a honra com as obras”. Somente com o esforço delas alcançaram tanto, esses bravos italianos. **E agora que a escola está feita, é necessário fazer os alunos; isto é, é necessário convergir todos os esforços, todo o trabalho para a homogeneidade do ensino,** como o senhor Diretor, justamente indicava com clara visão, no seu prestigiado jornal de 24 de julho. Eu me permitirei indicar os meios, que a longa prática de professor das escolas governativas italianas no exterior, e os vários encargos que tive me dão a ousadia de falar com conhecimento de causa. Tive a coragem de dizer a verdade, eu irei expor as minhas humildes ideias, mas baseado na prática, e desta forma, obteremos uma **direção didática única, a homogeneidade do ensino,** teremos a consciência de termos feito o nosso dever indicando o caminho. Mas, para facilitar a tarefa aos beneméritos mestres das nossas escolas, que com a verdadeira abnegação, executam a sua missão de educação, de instrução e de civilidade, para facilitar a eles o modo de seguir um ensino único, uniforme, é necessário uma pessoa competente, encarregada *ad hoc*, que prepare um programa geral sobre a matéria de ensino, não podendo pretender que aqui termos aqueles do reino da Itália; porque precisa levar em conta o ambiente no qual se vive e a língua do país que deve, ainda, ser ensinada a todos os

alunos. [...] é para a Autoridade Consular que os senhores presidentes das Sociedades, e outras pessoas voluntárias de bom êxito das nossas escolas, deverão dirigir-se. A pessoa competente e de confiança designada para a compilação do programa, deverá ainda ter por tarefa, cuidar o ordenamento didático e regular o andamento didático e disciplinar de todas as escolas italianas, e apresentar anualmente, para a Autoridade Consular, uma relação sobre as escolas por ele visitadas. E então, sobre a base do programa geral, cada professor, *antes do início das lições*, na abertura do ano escolar, deverão redigir os seus programas particularizados, mês a mês, e o horário didático semanal. Estes deverão ser entregues para a pessoa competente nomeada pela Autoridade Consular para as devidas observações. Porém, tais programas deverão ser enviados antes de começarem as lições, para que depois da aprovação do diretor didático, o ensino comece em base ao programa preparado. Cada professor, tendo por base o programa particularizado, deve ter o seu diário de classe, aonde previamente escreverá a síntese das lições que deverá fazer no dia para a sua classe, e as observações de caráter pedagógico. Fica entendido que cada professor deve ter o registro da inscrição e o registro de classe com os apontamentos diários de cada aluno. Cada aluno, pois, deverá ter o seu boletim escolar aonde, a cada bimestre, serão escritos os pontos alcançados pelo mesmo em cada matéria. É necessário ainda vetar absolutamente a inscrição dos alunos, depois de quinze dias da abertura das escolas. O sistema já estabelecido entre nós de receber alunos também durante o ano prejudica o andamento regular do ensino e vai contra a turma. Somente procedendo deste modo, teremos uma direção didática homogênea para todas as escolas, e assim, os professores serão de igual capacidade aos olhos dos alunos e dos pais, e cada escola terá o mesmo valor; e então, ó! Sim, teremos os benéficos efeitos que a tempo se esperam; assim começaremos a levar as nossas escolas para o caminho do progresso e do saber, o que será a melhor satisfação para aqueles beneméritos professores. Professor Umberto Ancarini (STELLA, 11/08/1904, p. 2, tradução e grifos nossos).

Umberto Ancarini sendo agente consular em Caxias do Sul subscreve o texto apenas como professor. Ancarini enfatiza a necessidade de adequar os conteúdos das aulas redigindo programas particularizados. A carta de Ancarini mais do que definir um programa de ensino, ou mesmo um currículo, enfatiza a adoção de procedimentos pelo professor e alunos, mecanismos de controle (caderno de chamada, boletim de desempenho, hora de entrada) enfatizando o elemento disciplinar. Nesse sentido enfatiza certos procedimentos em vista de uma “direção didática homogênea”. Na proposta vislumbra-se elementos da cultura escolar e o movimento interno da escola por ele dirigida. Quanto aos programas de ensino ele aponta que devem ser submetidos “a pessoa competente nomeada pela autoridade consular” com as devidas adaptações ou

“particularizações”. Segundo Kreutz e Luchese (2010) o programa da escola dirigida por Ancarini incluía o ensino das seguintes matérias: língua italiana, língua portuguesa, língua francesa, história italiana e brasileira, geografia, matemática, geometria, desenho, caligrafia, canto, ginástica e exercícios militares.

Em outra edição encontramos uma carta de um professor que não se identifica, o qual expõe sua visão. Retoma os tópicos principais elencados por Ancarini e amplia a reflexão.

[...] eu lhe envio ainda o meu modesto contributo de colaboração em matéria de escolas. Falando sabiamente, o acima citado professor, expôs a necessidade de um inspetor escolar para o bom funcionamento de nossas escolas; falou de um programa geral a ser adotado e em base ao qual todos os professores deveriam direcionar os seus ensinamentos; falou de registros de classe, etc., todas as coisas de suma importância ao bom andamento de uma escola, e que não são por certo ignoradas por um professor, mesmo que primário, mas que tenha frequentado a escola de professores e que lá tenha estudado a pedagogia, ou seja, a arte de ensinar. **Mas, de conhecer os meios a poder adotá-los, há uma grande diferença, e isto, infelizmente, nossos professores conhecem, os quais nem se quer o horário de entrada, que deveria ser o primeiro ponto de partida para a boa ordem de uma escola, não conseguem obter.** Sendo às oito a hora marcada, é milagre se se puder obter o número total dos alunos às nove e trinta senão também as dez. Considerando isto, quais são as consequências para o professor, é fácil imaginar. O seu horário, o seu programa diário, devem, necessariamente, sofrer uma modificação. Dirigir qualquer palavra aos pais de seus alunos para conseguir essa pontualidade no horário, em geral, houve-se a resposta que, antes dessa hora não podem enviá-los e apresentam outras e variadas desculpas e protestos finalizando com a frase usual: “Se os acolher assim, bem; caso contrário, eu os mando para a escola brasileira, onde não se paga, e se pode enviá-los a hora que se quer que sempre está bem”. E quantas, quantas vezes o professor deve engolir essa humilhante frase: “Aonde não se paga”! A falta de horário, pois, se acrescentam as ausências de frequência, sem a mínima desculpa que valha a pena justificar, mas somente pelo pretexto “de não ter vontade de ir à escola” e, naturalmente como os pais pagam para mandar a escola os seus filhos, podem fazer disso aquilo que eles querem mandá-los ou mantê-los em casa, e o professor, também aqui, deve retirar uma linha sobre tal ou outra matéria que pensava de explicar numa dada turma, dado que o número dos alunos que perderam aquela lição é superior ao número daqueles que a receberam. Sobre a disciplina escolar, pois, a execução dos deveres de casa, as lições de memória, tudo deixa a desejar, e o professor deve contentar-se de receber aquilo que vem e como vem, porque... porque tem as mãos presas... e porque por sorte não da maioria, “quem manda, paga e naturalmente, quem paga, quer

mandar”; e quem tem necessidade, cala, abaixa a cabeça e deixa andar a água para o seu moinho. (STELLA, 21/08/1904, p. 2, tradução e grifos nossos).

Na carta acima o professor demonstra concordar com a necessidade de procedimentos uniformes, programas homogêneos e uma estrutura organizacional clara. Porém, há o contraponto da realidade vivida, ou seja, a questão da aderência dos alunos à estrutura escolar, cumprimento do horário, como explicitado, aliando-se a isso o fato de serem aulas pagas. Aliás, em Porto Alegre em 1904 as escolas anunciavam as mensalidades mais caras que nas escolas do interior²: “dois mil réis para filhos de sócios e quatro mil réis para não sócios” (STELLA, 03/07/1904, p. 1). Pode-se imaginar que a explanação do professor anônimo tenha posto a questão da homogeneidade proposta por Colnaghi sob uma nova lente, qual seja, a da dificuldade de uniformizar realidades diferentes pelo Estado. O espaço destinado às publicações dos professores sobre propostas de homogeneização avança para a descrição de realidades a serem consideradas como a escola pública que está à porta com o que as iniciativas étnicas tenderão no início do século XX a perder sua força o que, entre outras coisas, determinará sua efemeridade (KREUTZ; LUCHESE, 2010).

Nas edições analisadas até o final de 1904 não mais foram publicadas cartas de professores em resposta à solicitação de Colnaghi. Observou-se, também, que os professores das escolas da capital não se manifestaram. Todos “dormiram nos braços de Leto” como vaticinara o próprio editor e a idéia de um congresso morreu *in germe*. O congresso dos docentes das escolas italianas do Rio Grande do Sul não aconteceu. O próprio editor refere que temia que nada acontecesse. Importante referir que Colnaghi já havia se indisposto com o consulado em outras oportunidades acusando-o de não promover a educação entre os italianos. Salemi-Pace, provisoriamente no cargo, não se manifestou sobre a proposta.

² Em termos comparativos vemos em Kreutz e Luchese (2010) que a mensalidade paga na escola mantida pela Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Stella d'Italia em Bento Gonçalves, era a seguinte: Os sócios, pagavam 500 réis mensais mandando um filho, 800 réis mandando dois filhos e 1000 réis mandando três. Os não-sócios pagavam de 1000 réis por um filho, 1500 réis por dois filhos e 2000 réis por três.

A alternativa foi publicar em seu jornal, a partir de primeiro de setembro de 1904, os *Programas para as Escolas Elementares do Estado de São Paulo*, as quais estavam sob os cuidados do Cônsul Gherardo Pio de Savoia. Estes programas, que tinham como base as diretrizes para as escolas italianas no exterior foram adaptados pelos professores de São Paulo e submetidos à aprovação do cônsul. As adaptações diziam respeito aos elementos próprios da pátria que os recebia. Colnaghi salientava que “[...] estes programas servem como que um chapéu e sobre sua publicação chamamos a atenção dos professores. Tudo considerado, esses programas servirão como uma tênue guia se, como tememos, o congresso por nós indicado não se efetuar como medida adequada para preencher a lacuna e curar o mal presente”. (STELLA, (28/08/1904, p. 2, tradução nossa).

Considerações finais

A tentativa de homogeneizar o ensino e de promover um congresso dos professores Colnaghi esbarrou na diferença das realidades pelo Estado e na indiferença das autoridades. Evidencia-se, pois que ainda no início do século XX as escolas foram orientadas muito mais pela percepção de seus professores do que por programas de ensino comuns, sendo sua uniformidade um desejo. A proposta de implantação de Colnaghi não se efetivou e o questionamento suscitado, revelou a fragilidade da organização das escolas étnicas italianas no período.

A Sociedade Dante Alighieri, braço da Itália pelo mundo só surgiria em Porto Alegre em 1913 e se organizaria como um “comitê” a partir de 1914. Este buscaria, aos poucos, planificar as escolas da capital e as do interior. Esta homogeneidade no ensino se realizaria, em parte, somente na década de 1930 quando o fascismo cooptou muitas sociedades italianas e passou a influenciar os programas de ensino e a cultura escolar especialmente nas cidades de Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Caxias do Sul.

Colnaghi preocupado com as escolas e professores, sabiamente publicou as boas iniciativas do Estado de São Paulo.

Referências

BERTASO, Henrique D'Avila; LIMA, Mário de Almeida. **Álbum comemorativo do 75 aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950.

BEVERINI, Cav. G. B.. **Nella zona colonial e agricola del Rio Grande Del Sud (Stati Uniti Del Brasile). Appunti e osservazioni del Cav. G. B. Beverini**. In: Ministero degli Affari Esteri. Commissariato dell'emigrazione Bollettino dell'Emigrazione (pubblicazione mensile). Anno XII, n. 10, 15 de agosto de 1913.

CIAPPELLI, Enrico. **Lo Stato di Rio Grande Del Sud (Brasile) e l'immigrazione italiana**. *Bolletino dell'Emigrazione*. Roma: Tip. Nazionale di G. Bertero, n. 4, pp. 48 - 59, 1903.

CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925. Volume 1.

GIRON, Loraine Slomp. **As sombras do littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

JORNAL CITTÀ DI CAXIAS (Edição de 28/05/1917)

JORNAL STELLA D'ITALIA (Edições de 1902 a 1904)

KREUTZ, Lúcio; LUCHESE, Terciane Ângela. Educação e etnia: as efêmeras escolas étnico-comunitárias italianas pelo olhar dos cônsules. In.: **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel. Pelotas, v. 14, n. 30 p.227-258, Jan/Abr 2010. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

LUCHESE, Terciane. Escolas étnico-comunitárias italianas mantidas por Associações de Socorro Mútuo: circulação e produção cultural da "italianità". In.: **Anais do V Congresso Internacional de Filosofia e Educação**. Caxias do Sul, RS, 2010.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. **Annuario delle scuole italiane all'estero: governative e sussidiate**. Roma: Tipografia Del Ministero degli Affari Esteri, 1908.

NÓVOA, Antonio. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In.: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 2002.

PESCIOLINI, Ranieri Venerosi. **Le colonie italiane nel brasile meridionale: estati di Rio Grande do Sul – Santa Catarina – Paraná**. Torino: Fratelli Bocca, 1914.

SALVETTI, Patrizia. Le scuole italiane all'estero. In.: BEVILACQUA, Piero. DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. **Storia dell'emigrazione italiana**: Arrivi. Volume I. Roma: DONZELLI EDITORE, 2009.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos**: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul–Brasil, 1854-1940). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da PUC/RS, 2004, 574 p. (Tese em História).